

Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: A Psiquiatrização dos Padecimentos no Âmbito Escolar

Neoliberalism and Psychic Suffering: The Psychiatrisation of School Suffering

*Sandra Caponi¹ 

*Patricia Kozuchovski Daré² 

Resumo

O neoliberalismo é um espaço de produção de subjetividade cujo eixo é a noção de capital humano. Considerando-se que, para o discurso neoliberal, a construção desse capital humano deve ter início na primeira infância, mostramos que, nesse contexto, a educação é entendida como um investimento destinado a hierarquizar e valorizar esse capital. Partindo dos trabalhos de Dardot e Laval, propomos estudar o impacto efetivo que esse modo neoliberal de entender educação tem no âmbito escolar, sublinhando seu vínculo com a proliferação de diagnósticos psiquiátricos na infância. Finalmente, analisamos de que modo esse processo de psiquiatrização dos sofrimentos psíquicos, e de apagamento de fatores e conflitos sociais, impacta na saúde mental das crianças quando elas fracassam no processo educativo.

Palavras-chave: Capital humano. Educação. Sofrimento psíquico. Psiquiatrização. Infância.

Abstract

Neoliberalism is a space of production of subjectivity whose axis is the notion of human capital. Considering that, for the neoliberal discourse, the construction of this human capital must begin in early childhood, we show that, in this context, education is understood as an investment destined to hierarchize and value this capital. Starting from the works of Dardot and Laval, we propose to study the effective impact that this neoliberal way of understanding education has in the school environment, underlining its link with the proliferation of psychiatric diagnoses in childhood. Finally, we analyze how this process of psychiatrisation of psychic suffering, and of erasing social factors and conflicts, impacts on the mental health of children when they fail in the educational process.

Keywords: Human capital. Education. Psychic suffering. Psychiatrization. Childhood.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Sociologia e Ciências Políticas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP/UFSC, Florianópolis, SC, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8180-944X>.

² Universidade do Sul de Santa Catarina, Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde e de Ciências Sociais Aplicadas, Campus Pedra Branca (UNISUL, Palhoça, SC, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8659-6305>.

Analisamos o neoliberalismo como espaço de produção de subjetividades, pois esse sistema não produz só bens e serviços, mas também um modo particular de ser sujeito que é o “capital humano”, ou “empresário de si”. Esse sujeito neoliberal é construído a partir de relações orientadas por princípios, como a aceitação de um tipo de trabalho flexível que exige perda de autonomia, o dever de permanente adaptação a circunstâncias novas, o espírito de competição e de alta performance, assim como a autorresponsabilização pelos próprios êxitos e fracassos. Para autores como Theodor W. Schultz (1973) e Gary Becker (1962), precursores do neoliberalismo, a construção desse capital humano deve ter início na primeira infância. Eles consideram que a educação precisa ser vista como um investimento que hierarquiza e valoriza esse capital. A educação é compreendida como um processo que ocupa toda a vida do sujeito, porém, é na primeira infância que os valores de empreendedorismo, competição, procura por alta performance e conquista de metas e objetivos devem ser ensinados, mantendo-se ao longo da vida desse “empresário de si”.

Tomamos como ponto de partida, dentre outros textos, os trabalhos de Dardot e Laval dedicados ao neoliberalismo – *A nova razão do mundo* (2016), *Común* (2015) e *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale* (LAVAL, 2018) – e os que discutem os limites e dificuldades da escola contemporânea – *A escola não é uma empresa* (LAVAL, 2004) e *Neuropédagogie: le cerveau au centre de l'école* (LAVAL; BLAY, 2019). Nosso objetivo é realizar, a partir desse marco teórico geral, uma reflexão teórico-crítica sobre o impacto do neoliberalismo no âmbito escolar e sua vinculação com a proliferação de diagnósticos psiquiátricos na infância.

Dando um passo a mais na discussão apresentada por Laval e Dardot, analisamos de que modo os sofrimentos psíquicos do neosujeito, ou sujeito neoliberal, decorrentes de suas condições adversas de vida, foram transformados pela psiquiatria biológica em um conjunto de sintomas que indicariam a existência de alguma patologia ou transtorno mental. De igual modo, a escola contemporânea, perpassada pela lógica da competição e da autorresponsabilização, pode ter um impacto profundo na produção de sofrimentos psíquicos que a psiquiatria biológica se encarregará de transformar em diagnósticos psiquiátricos infantis. Vemos assim que fatores sociais amplos e estruturais são reduzidos a disfunções cerebrais e desequilíbrios neuroquímicos, desconsiderando que os sofrimentos podem ser o resultado de desafios cotidianos impostos por uma educação entendida como investimento no capital humano, isto é, uma educação baseada na competitividade, na eficácia e na marginação de toda forma de fracasso escolar.

1 Neoliberalismo e Produção de Subjetividades

Pierre Bourdieu (1998) definiu o neoliberalismo como uma utopia econômico-política, que encontra fundamento em uma espécie de ficção científica, mais particularmente em uma ficção matemática e econômica. Essa ficção supõe a existência de uma convergência total de interesses que tenderia a unificar as escolhas livres e racionais dos indivíduos. O neoliberalismo adota, assim, uma posição dessocializada e des-historicizada, que supõe a livre eleição de um *homo economicus* sem vínculos de classe e sem história. De acordo com Bourdieu (1998), o neoliberalismo cria uma ficção matemática que beneficia certos agentes econômicos, como os grandes acionistas, operadores financeiros, a mídia, grandes industriais e políticos conservadores, capazes de dotar essa teoria de um poder simbólico que legitima a supressão das clássicas

regulações de mercado. Assistimos, assim, à desaparecimento das regulações do mercado de trabalho, à privatização dos serviços públicos, à retração de recursos aplicados em educação e saúde, ao mesmo tempo que se reduzem ou desaparecem os recursos destinados a assistência, previdência e proteção social.

O neoliberalismo, à semelhança do discurso forte e impermeável a críticas, que, segundo Goffman (1988), também caracteriza o saber psiquiátrico, produz cotidianamente a desarticulação metódica das proteções sociais e a desaparecimento ou enfraquecimento dos espaços coletivos de solidariedade entre pares, representados por sindicatos, cooperativas e outras redes de proteção social. Nas palavras de Bourdieu (1998, p. 2),

Em nome desse programa científico de conhecimento, convertido em programa político de ação, levou-se a cabo um imenso trabalho político, que tende a criar as condições de realização e de funcionamento da “teoria”, um programa [que exige] a destruição metódica dos coletivos.

Para que essa máquina distópica possa funcionar, é necessário que se multipliquem técnicas destinadas a transformar radicalmente o mundo do trabalho. Impõe-se, assim, um tipo de trabalho que, além de debilitar as solidariedades coletivas, instaura o reino da flexibilidade laboral, com seus contratos temporários, a individualização dos salários, a aparição de avaliações permanentes, além da fixação de metas e objetivos a serem atingidos. Essa nova forma de organização do trabalho supõe e precisa criar estratégias de “responsabilização” individual, transformando cada trabalhador em um sujeito responsável por seus êxitos e fracassos, independentemente dos contextos sociais de formação e de existência. Se essa máquina de autoexploração é admitida como fazendo parte do jogo da concorrência, isso ocorre porque, para o neoliberalismo existir, ele precisa formar.

Um exército de reserva de mão de obra docilizada pela precarização e pela ameaça permanente do desemprego. Pois, o fundamento último de toda esta ordem econômica colocada sob o signo da liberdade é, com efeito, a violência estrutural do desemprego (BOURDIEU, 1998, p. 2).

Esse indivíduo torna-se, portanto, responsável por suas escolhas, interiorizando a necessidade de um alto desempenho produtivo individual, em detrimento dos coletivos. A responsabilização individual, de acordo com Dardot e Laval (2016, p. 350), tornou-se uma técnica de construção de um “eu produtivo”, especialista em si mesmo, como resultado da interiorização de coerções, que transformam o sujeito em um “instrumento ótimo de seu próprio sucesso social e profissional”. Enquanto os sujeitos concorrem entre si, a liberdade é convertida no dever da alta performance, e as ações individuais e de autorresponsabilização tornam-se o ponto de referência para um mundo guiado pela concorrência. As condições sociais são desvalorizadas, e os sujeitos são impelidos a transformar suas vidas em *business*, no qual o sucesso profissional e pessoal se fundem, reforçando a lógica da individualização. Cada sujeito torna-se responsável pela intensificação de seu desempenho, não só no âmbito trabalho, mas também em outras esferas da vida. Impõe-se assim a permanente necessidade de ações

individuais e autônomas direcionadas para a construção de melhores desempenhos individuais em todos os domínios da existência, multiplicando as situações de sofrimento para aqueles que fracassam na carreira de alto desempenho. Em múltiplas situações cotidianas, vivenciadas em nosso dia a dia, trate-se de perda de trabalho, *bullying* ou fracasso escolar, podemos observar

[...] os efeitos imediatamente visíveis da posta em prática da grande utopia neoliberal: não apenas a miséria de uma fração cada vez maior das sociedades economicamente avançadas, o crescimento extraordinário das diferenças entre os rendimentos, o desaparecimento progressivo dos universos autônomos de produção cultural, mas também e sobretudo a destruição de todas as instâncias coletivas capazes de contrabalançar os efeitos dessa máquina infernal. [...] Onde o culto do *winner*, formado nas matemáticas superiores e no salto elástico, instaura como normas de todas as práticas o cinismo e a luta de todos contra todos. (BOURDIEU, 1998, p. 3).

Como Christian Laval mostrou, em *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale* (LAVAL, 2018), as afirmações de Bourdieu sobre o neoliberalismo têm muitos pontos de contato com as teses apresentadas por Foucault, fundamentalmente em *O nascimento da biopolítica* (1978-1979), onde o autor afirma que o neoliberalismo surge como resposta a três grandes inimigos e adversários, a política keynesiana, os pactos sociais posteriores à Segunda Guerra e o crescimento da administração federal a partir do surgimento de programas de auxílio econômico e social. Foucault também diz que, para além da obsessão por conter os gastos sociais, o neoliberalismo será muito mais que uma política econômica defendida por governos conservadores, pois, para existir, precisa construir “um novo modo de ser e de pensar” (FOUCAULT, 2005, p. 219), um novo modo de estabelecer as relações entre governantes e governados, que encontra fundamento na retórica das liberdades individuais.

De acordo com Foucault (2005), existem dois elementos centrais em torno dos quais se articula o discurso neoliberal. Em primeiro lugar, a teoria do capital humano; em segundo, as teorias construídas em torno do problema do delito, da criminalidade e da delinquência. Ocorre que a lógica da empresa se transforma num princípio de inteligibilidade para todas as ações humanas, excedendo os clássicos problemas suscitados pelas trocas comerciais. No neoliberalismo, cada âmbito da vida, seja individual, familiar ou social, será abordado a partir da lógica empresarial de oferta e procura, de conquista do lucro, de rendimentos e perdas.

Esse princípio de inteligibilidade permite reduzir e limitar investimentos sociais em áreas cujo lucro não é imediato ou garantido, tais como educação, saúde, direito, prevenção ou combate à delinquência, além de tantas outras. Mas esse mesmo princípio também é aplicado em âmbitos pessoais, como escolha dos parceiros, matrimônios, número de filhos e investimento na educação destes, permitindo assim uma análise econômica de processos antes considerados não econômicos, sejam relações ou comportamentos, que passam a ser observados a partir de uma espécie de análise economicista do não econômico.

Essa lógica inicia-se com Gary Becker (1962), interessado em aplicar um mesmo princípio de inteligibilidade ao mundo do trabalho e aos problemas sociais de criminalidade e delinquência. Para Becker, a delinquência deve ser analisada em

termos de oferta e procura, de ganhos e perdas, sendo a punição vista já não sob a perspectiva da lei ou do direito penal, mas como um cálculo econômico de riscos. Do mesmo modo, ele considera que o mundo laboral deve deixar de ser visto em termos de direito ou de força e tempo de trabalho, para passar a ser visto como capital humano. O trabalho é identificado como flexível, com menos direitos e garantias, em que o ganho obtido será visto já não como salário, mas como uma renda que se atribui a um indivíduo que já não será considerado como um trabalhador, com seus direitos e deveres, e sim como capital humano, como um empresário de si mesmo. Um sujeito cujo rendimento será proporcional a sua competência, alguém que já não pensa a si mesmo como força de trabalho, mas como um empresário de si, como proprietário de uma máquina produtora de renda.

Desse modo, o capital humano se transforma no tipo de subjetividade própria do neoliberalismo. Trata-se de investir nesse capital para desenvolver ao máximo as capacidades de cada sujeito, por meio de uma educação permanente e continuada, na qual o treinamento substitui a reflexão e o pensamento crítico. Esse investimento excede o campo educativo e se amplia para o âmbito dos valores desejados, dos comportamentos e das emoções consideradas imprescindíveis no mundo empresarial, como a inteligência emocional, a tolerância às adversidades, o controle de sintomas de ansiedade e depressão, a criatividade, o espírito concorrencial, entre tantos outros cotados pelo mercado. A educação, sob essa perspectiva, se transforma em um eixo condutor importante, capaz não só de viabilizar o desenvolvimento de capital humano, mas também de ajustar os indivíduos para o consumo desse capital. Por esse motivo, o investimento em educação transformou-se na principal via para modificar as condições econômicas e sociais, tanto de cada indivíduo quanto de cada país.

Para Foucault (2005), quando o salário passa a ser substituído pela conquista de uma renda diretamente vinculada ao capital humano, a lógica concorrencial acaba perpassando todas as relações humanas. Essa racionalidade econômica passa então a dominar não só a esfera pública, mas também as relações privadas e pessoais: os vínculos sociais, as amizades, as relações amorosas, os casamentos e tudo aquilo que se refere à educação dos filhos (FOUCAULT, 2005).

2 A Psiquiatrização dos Sofrimentos no Neoliberalismo

Dardot e Laval (2016), em *A nova razão do mundo*, exploraram as consequências subjetivas desse esforço em maximizar as potencialidades econômicas de cada indivíduo numa lógica concorrencial. Uma lógica que faz a apologia da incerteza, da flexibilidade, da criatividade, e que substitui os vínculos sociais por “contatos” empresariais. O sujeito empresarial, essencialmente individual e isolado, na medida em que é alheio ao espaço político do comum, possibilita a corrosão dos direitos e a aceitação generalizada de um mundo de precariedade e provisoriedade laboral, baseado na ideia de que todos devem correr seus próprios riscos. Nesse marco geral, o insucesso será visto como falta de investimento no próprio capital humano e cada ação passará a ser avaliada em termos de custo-benefício. Assim, para os autores, esse *neosujeito* deverá ser um:

Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si

mesmo para fortalecer-se e assim, sobreviver na competição (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333).

Desenvolve-se, desse modo, toda uma ética do “*self-help*” que exalta os valores da meritocracia, do combate, da competição e do sucesso ao longo de toda a vida. Esse domínio de si permanente, dirão os defensores da ideologia neoliberal, destina-se à construção de um *neosujeito* ajustado a uma lógica cujo centro pode ser descrito como “Eu e minhas competências; eu e minha maneira de agir, eu e meu cenário de sucesso” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 338).

Numa sociedade de sujeitos empreendedores, considerados inteiramente livres e responsáveis por seus atos, as situações de desamparo, desemprego, insucesso, serão vistas como fracasso pessoal. O sujeito fracassa por não ter sabido gerenciar adequadamente a própria vida, por não ter sabido antecipar adequadamente os riscos de seus empreendimentos ou por não ter investido suficientemente em si mesmo, mas nunca como resultado das transformações coletivas e sociais impostas pela lógica neoliberal que espalha a desproteção social e debilita os laços de solidariedade.

Inevitavelmente, fatos sociais cotidianos, como assédio moral, situações de *bullying*, imposição de duplas jornadas de trabalho ou mudanças inesperadas de tipo ou regime de trabalho, geram sofrimentos psíquicos profundos. Certos saberes expertos como a psiquiatria e a neuropsiquiatria contribuem reforçando essa lógica, segundo a qual os contextos sociais e coletivos que provocaram o sofrimento desaparecem, fazendo com que cada padecimento seja visto como uma questão exclusivamente individual. De acordo com a lógica do *self-help*, afirma-se que as causas dos sofrimentos são subjetivas e, dando um passo a mais nesse processo de individualização, será dito que os padecimentos têm uma origem orgânica, biológica, decorrente de algum déficit neuroquímico que pode ser compensado com um psicofármaco. Assistimos assim à ampliação exponencial de diagnósticos como ansiedade, depressão e bipolaridade entre trabalhadores, desempregados e outros atores sociais. Vemos, desse modo, que o processo de psiquiatrização dos padecimentos é uma estratégia funcional à lógica do empreendedorismo, na qual cada um deve ser agente e responsável por seus próprios fracassos e insucessos.

Dardot e Laval (2016) caracterizam como “diagnósticos clínicos” do *neosujeito*, do capital humano, os padecimentos psíquicos do sujeito neoliberal. Padecimentos que, ainda quando não configuram doenças, muitas vezes podem levar à atribuição de diagnósticos psiquiátricos ambíguos, centrados em sintomas, que desconsideram os contextos sociais nos quais os sofrimentos emergiram.

Vemos multiplicarem-se casos de sofrimento no trabalho, decorrentes da constante perda de autonomia ou de um processo contínuo de *autonomia contrariada*. Exige-se que o sujeito empresarial tenha disposição para superar seus próprios limites, impondo a si mesmo a aceitação de relações de *coerção flexível*. Essa fluidez, determinada pela permanente aceitação de mudanças nas condições técnicas e materiais de trabalho, refere-se àquilo que Zygmund Bauman (2007) caracterizou como “subjetividade líquida” contemporânea. O empresário de si está obrigado a mudar constantemente, a adequar seus projetos a circunstâncias externas, a construir relações e contratos de trabalho momentâneos e transitórios. Como resultado, os clássicos vínculos e os laços sociais de confiança e solidariedade se fragilizam ou desaparecem,

agudizando esse processo que Richard Sennett (2012) identificou como “corrosão do caráter”, e que Dardot e Laval chamam de “corrosão da personalidade”. Isto é, “um indivíduo que está sempre em posição de negar-se a si mesmo, obrigado a esquecer sua própria história e condenado a reconstruir sua subjetividade permanentemente, de acordo às exigências do mercado.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 365).

Por fim, as novas subjetividades que emergem das relações orientadas pelos princípios neoliberais, estão diretamente vinculadas à gestão dos sentimentos. Para ser bem sucedido no mundo neoliberal, é necessário garantir o autocontrole da forma como expressamos nossas emoções. Impõe-se a exigência tácita de não demonstrar raiva, rejeição, oposição, medo ou ansiedade. Ao contrário, o empresário de si deve sempre demonstrar uma positividade desbordante, um sentimento de plena e completa felicidade. Para isso os *experts* em inteligência emocional, os especialistas em neurogestão ou em psicologia empresarial, definem técnicas de treinamento que, ao mesmo tempo que buscam ocultar as emoções negativas, levam a expressar um permanente estado de felicidade e bem-estar. Trata-se, fundamentalmente, de expressar emoções positivas perante tudo o que ocorre em nossas vidas, mesmo quando nos deparamos com situações de desamparo e desproteção social, de precarização laboral ou de desemprego. O psicanalista Jorge Alemán (2017, p. 4) descreve essa subjetividade neoliberal como segue:

O neoliberalismo é um modo de produção de subjetividade. E o tipo de subjetividade que promove e produz não é a do sujeito do inconsciente. É uma subjetividade subordinada aos imperativos de rendimento, de competência, de lógicas empresariais, as malditas autoajudas. O sujeito está todo o tempo confrontado a uma exigência frente à qual não dá conta e com respeito à qual sempre está devendo. Podemos dizer que o neoliberalismo é uma espécie de fábrica, como já foi dito por outros teóricos, de devedores e que mistura um chamado à felicidade, uma espécie de convocatória a estarmos “*todos juntos*”, “*todos felizes*”, para que estejamos sempre fracassando, ou em falta com respeito a isso.

Cada uma dessas situações deverá ser vista como uma oportunidade para o sucesso, limitando-se assim as possibilidades de criar laços de lealdade, de confiança e de fidelidade perduráveis. Nesse contexto, resulta inevitável duvidar da sinceridade dos sentimentos de bem-estar e felicidade expressos pelos outros, vistos como simuladores que desejam atingir o sucesso a qualquer preço. Ao mesmo tempo, essa desconfiança entre os pares transforma-se num verdadeiro sentimento de rancor em relação a todos aqueles que não fazem parte do mundo de empreendedores de sucesso. A desconfiança dá lugar à desmoralização dos considerados fracassados. Um sentimento que se transformará em verdadeira hostilidade manifesta contra os que foram excluídos da lógica empresarial, os desempregados, os idosos, as pessoas em situação de pobreza. Uma longa lista à qual devemos acrescentar ainda os trabalhadores precários e os empregados públicos, acusados de receber um salário pago com os impostos dos empresários de si.

Esse processo de desmoralização social dos excluídos, próprio da racionalidade neoliberal, acaba diluindo o direito público e favorecendo o direito privado, em que cada um é responsável por si mesmo, chegando-se até a promover a liberação de armas para defesa pessoal. O certo é que, na lógica da concorrência e da

desconfiança, é inevitável que apareçam sintomas semelhantes àqueles pelos quais a psiquiatria identifica seus diagnósticos.

O sentimento de impotência e fracasso inevitavelmente alterará nosso ritmo de sono e de apetite, aumentará nosso sentimento de culpa por nosso insucesso, levará a nos sentirmos incapazes para desenvolver as tarefas que antes realizávamos sem dificuldade. No entanto, cada um desses sentimentos e emoções negativas será traduzido pela psiquiatria como sintoma de um diagnóstico de depressão ou ansiedade, tal como aparece codificado na quinta edição do Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais – DSM-5 (APA, 2013). No caso específico da depressão, esse manual enumera um conjunto de sintomas bastante ambíguos e indefinidos como indicadores da doença, tais como falta de apetite, insônia, infelicidade ou culpa, dentre outros sentimentos que constituem um “denominador comum” para todos os que enfrentam desproteção, impotência ou desamparo (PIGNARRE, 2006). Definido o diagnóstico, será quase inevitável a prescrição de uma terapêutica psicofarmacológica, como o Prozac para a depressão, argumentando-se que se trata de um desequilíbrio neuroquímico que a droga poderá compensar, e esquecendo-se do conjunto de situações concretas que provocaram o sofrimento (MONCRIEFF, 2013).

Longe de aceitar a classificação psiquiátrica da American Psychiatric Association (APA, 2013), Dardot e Laval (2016, p. 366) afirmam que:

A depressão é, na verdade, o outro lado do desempenho, uma resposta do sujeito à imposição de se realizar e ser responsável por si mesmo, de se superar cada vez mais na aventura empresarial. [...] O discurso do sucesso leva à estigmatização dos fracassados e dos infelizes, os incapazes de atingir a norma da felicidade. O fracasso é visto, em última instância, como uma patologia.

Instala-se, desse modo, o que os autores denominam uma “doença da responsabilidade”, para a qual proliferam diagnósticos psiquiátricos e prescrições psicofarmacológicas em substituição às respostas que as instituições sociais, educativas e legais, já não desejam ou se negam a oferecer.

Nessa lógica neoliberal encontramos, por um lado, os exitosos, sempre insatisfeitos, pois sua procura é pelo do gozo infinito e sempre frustrado; por outro, os derrotados, considerados como obstáculos a serem superados, objetos descartáveis e, no limite, matáveis. Nessa ordem sem fronteiras, parece inevitável o surgimento de um estado de *perversão generalizada*, que tem um “custo subjetivo imenso, o derrotado sofre por sua insuficiência, e o vencedor tende a fazer os outros sofrerem como objetos sobre os quais exerce seu domínio.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 371). Observa-se, desse modo, um processo de objetivação do self que, com o auxílio de saberes expertos, do marketing à psiquiatria, transforma os indivíduos em “recursos humanos”, isto é, em sujeitos descartáveis e em permanente concorrência.

Para entender a aceitação e a naturalização desse processo de construção da subjetividade no neoliberalismo, é preciso lembrar que a construção do capital humano tem início na primeira infância, especificamente no investimento educativo que foi feito ao longo da vida do indivíduo. Isto é, depende dos recursos que foram acumulados para a construção do empresário de si, desde o âmbito escolar até a universidade, e também no processo de educação contínua e permanente que lhe permita garantir a desejada flexibilidade laboral (FOUCAULT, 2005).

3 A Educação na construção do Capital Humano

A produção dos recursos humanos está diretamente vinculada à educação, considerada, desde os iniciadores do neoliberalismo, como Shultz (1973) e Gary Becker (1962), até hoje, como um espaço privilegiado para a construção do capital humano. Por meio da educação, já na primeira infância, ocorrerá a aquisição de competências e habilidades que poderão oferecer compensações futuras, ou ainda incrementar os rendimentos individuais. Nesse sentido, caberá à educação a função estratégica de formar capitais, duráveis e permanentes, regulados por processos avaliativos realizados sistematicamente em larga escala, que reforçam a responsabilização individual, negando a importância dos determinantes sociais envolvidos no processo educacional.

A educação no neoliberalismo adotará novos contornos. A ela será imputada a função de formar sujeitos competentes e eficientes, avaliados por normas definidas *a priori*, que estabelecem parâmetros indicativos do êxito e do fracasso, transfigurando a subjetividade dos avaliados (DARDOT; LAVAL, 2016). A acentuada preocupação com a eficácia e com a performatividade próprias do neoliberalismo estendeu-se à educação, redesenhando a prática educacional a partir das performances, da qualidade e da eficácia medida e validada por meio de técnicas avaliativas. A performatividade será uma característica essencial do governo neoliberal que atinge tanto a subjetividade dos indivíduos como as práticas institucionais. Essa exigência de sucesso configura os sujeitos ao incitá-los a se tornarem mais efetivos, mediante estratégias de melhoramento direcionadas a si mesmos (BALL, 2014).

Os chamados “problemas de rendimento escolar”, “problemas de aprendizagem” e “fracasso escolar” são entendidos como condições inerentes à escola, que se tipificam em grupos ou em sujeitos particulares, comumente retratando aqueles que fracassam em sua trajetória escolar. O “fracasso escolar”, por exemplo, faz alusão aos resultados negativos obtidos pelos alunos no que se refere fundamentalmente ao seu desempenho sobre a aprendizagem (FARIAS, 2007; PATTO, 2015; SOUZA, 2011). Sob o jugo das imposições do neoliberalismo, os alunos que fracassam são aqueles que não investiram o suficiente em seu capital humano, que não se responsabilizaram pelo sucesso de seus projetos individuais, que não alcançaram os índices estabelecidos fora de suas realidades sociais. Mas também são aqueles cujas notas nas avaliações fazem os índices educacionais diminuírem, que desistem de ser competitivos, eficazes e, sobretudo, aqueles que não alcançam a performance almejada.

Ao contrário, o sujeito de sucesso é aquele que mais se adequa e que tem competência para incorporar as normas de conduta estabelecidas. Para Laval (2004), a instituição escolar renunciou à promessa de conseguir, em algum momento, distribuir da forma mais igualitária possível o saber, o que era seu principal motivo de existência. Por esse motivo, a instituição escolar recebeu duras críticas. Para Foucault (1999), por exemplo, a escola era mais um espaço de normalização e disciplinarização dos corpos que um lugar de distribuição igualitária do saber. Bourdieu (2008), por sua vez, considerava que a escola era um espaço de reprodução das desigualdades sociais e culturais e que era necessário criar estratégias que permitissem transformá-la em um espaço equitativo de distribuição do saber. Foram muitas as tentativas de superar os limites da educação clássica pela mediação de estratégias educativas mais inclusivas e atentas às diversidades de origem dos estudantes. No entanto, ao contrário disso, a escola fundada em princípios

neoliberais não pretende superar essas limitações de origem, mas simplesmente negá-las, adotando como referência central o discurso da meritocracia.

Como afirmam Christan Laval e Michel Blay em *Neuropédagogie: le cerveau au centre de l'école* (2019), o que ocorre nessa nova escola neoliberal é um processo que chamam de “desbourdienização” do ensino, um processo que transformou autores como Bourdieu em verdadeiros inimigos do novo projeto educativo. No livro citado, Laval retoma uma fala do ministro da educação da França, Jean-Michel Blanquer, que, referindo-se à importância das neurociências para a educação do futuro, afirma:

A nova era é de “otimismo” e deve deixar para trás os anos “pessimistas”, em que predominava a ideia de que havia um forte impacto das desigualdades sociais nos resultados das escolas. Ao contrário de um “bourdienismo” desmoralizante, a neurociência oferece a esperança de maior igualdade entre todos os jovens (LAVAL; BLAY, 2019, p. 38).

Blanquer defende uma posição que considera otimista em seu livro *L'École de la vie*, supondo que todos os alunos podem atingir o sucesso educativo independentemente de sua origem, e considera que as teorias de Pierre Bourdieu operaram como um verdadeiro obstáculo para a educação do futuro:

Na França as ciências da educação estão perdidas [...]. Elas, pouco a pouco, foram se desidratando para se assemelham a uma sociologia simplista que se satisfaz com um “bourdienismo” beato, cujo objetivo é mostrar, dia após dia, até que ponto as coisas estão mal, até que ponto as desigualdades sociais se reproduzem (apud LAVAL; BLAY, 2019, p. 38).

Na nova educação neoliberal deve prevalecer o otimismo sobre o pessimismo dos seguidores de Bourdieu. O problema não é a reprodução das desigualdades, mas garantir a implantação de uma lógica da competitividade e da produtividade. Assim, a instituição escolar transformou-se em uma empresa educativa, que propõe reduzir os indivíduos a recursos humanos e garantir a capitalização das competências. Tais competências serão permanentemente gerenciadas por avaliações, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, denominado Pisa, que permite a comparação entre escolas de diferentes regiões e países. Essa forma de governar os sujeitos não permite a falha nem o erro, as adaptações dos sujeitos devem ser contínuas, pois delas depende o êxito de toda uma economia (LAVAL, 2004).

A educação paulatinamente foi se transformando em uma possibilidade de investimento, ao mesmo tempo que se produz um afastamento e uma desobrigação do Estado sobre suas responsabilidades fundamentais nessa área. Sob a justificativa da descentralização e da necessária participação dos chamados outros setores da sociedade, criou-se um mercado educacional que cresce expressivamente. Permitiu-se assim a ampliação dos espaços agora ocupados por organizações e entidades não governamentais. No caso do Brasil, podemos citar os exemplos do Instituto Ayrton Senna e da Fundação Lemann (DARÉ, 2019). Essas organizações não governamentais gradativamente se instrumentalizaram introduzindo uma nova modalidade de atendimento educacional, desconectada de todos os fatos e movimentos históricos do campo em questão. Essas organizações, abstraídas da complexidade do processo

educacional, são gerenciadas por si mesmas, a partir de suas próprias lógicas, convicções e ideologias.

Essas instituições produzem seus dados, suas metas, seus projetos e definem as ações que serão posteriormente aplicadas em larga escala, afetando fundamentalmente a educação básica. Elas se destacam como um campo promissor para o avanço do discurso e das práticas neoliberais, que essencialmente tratam a educação como uma condição necessária para o desenvolvimento econômico individual, estimulando os sujeitos a se verem como produtores desse desenvolvimento a partir de sua força de vontade e de sua capacidade inovadora.

As crianças são gradativamente submetidas a um discurso encantador do mundo da inovação e da tecnologia, sugerindo-se que essas são as condições primordiais para seu desenvolvimento. O que se vê, basicamente, são projetos fundamentados em uma lógica competitiva, que visam ao aumento de rendimento escolar baseado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), enfatizando a ideia de uma qualidade educacional vinculada a indicadores de avaliação que demonstra um completo descomprometimento com as realidades locais do país.

No campo da educação, a difusão do discurso neoliberal na sociedade segue seu curso, permitindo que os sujeitos sejam formados a partir de uma perspectiva centrada no comportamento do mercado, na autorresponsabilização e na busca pela alta performance. Uma série de ajustes sociais serão necessários para a produção desse sujeito. Exige-se que a escola seja competitiva, que tenha professores mais engajados, alunos mais responsáveis por adquirir o maior número de competências e habilidades que deverão satisfazer as demandas do mercado. Será necessário um tipo de formação que dará origem a um sujeito desejoso de obter alta performance, alto desempenho individual, um caminho ao êxito que deverá ser devidamente medido e quantificado por critérios de custo-benefício. Uma melhor performance representa um bom capital humano, e será esse sujeito dotado que irá fazer a diferença na concorrência com os demais. As crianças serão impregnadas por uma ideologia de autossuperação, estimuladas a permanentemente estarem em busca de melhores rendimentos, de serem criativas, proativas, insistindo-se que seus resultados devem promover impacto na vida social. Ao mesmo tempo, as crianças, do mesmo modo que os adultos, serão constantemente responsabilizadas por esses resultados, visto que a fonte de toda a eficácia está no indivíduo. Vemos, assim, repetir-se na escola a mesma lógica aplicada na empresa, pela qual o sucesso e o fracasso também são de inteira responsabilidade dos sujeitos, sejam trabalhadores ou estudantes.

Dardot e Laval (2016, p. 344) destacam que “a gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo.” Esse fato evidencia alguns elementos fundamentais próprios do discurso neoliberal, como a necessidade de encontrar em si as competências necessárias para se tornar eficaz, e sua responsabilidade em ampliar continuamente essas competências, mantendo-se permanentemente competitivo. Mas o neoliberalismo irá introduzir ainda um elemento inovador por meio da transformação da subjetividade dos alunos, que devem se tornar gestores ou administradores de si mesmos. Como resultado, os sujeitos deverão trabalhar sobre si sempre maximizando seu portfólio de competências, que já não podem mais ser circunscritas à execução das atividades laborais. Esse sujeito, desde a infância, será educado a ser capaz de estar constantemente motivado, com uma atitude positiva diante da vida, devendo ser

flexível, inventivo e com capacidade para gerenciar todas as incertezas e os riscos inerentes à complexidade da vida em sociedade. Ou seja, não haverá mais espaço para qualquer tipo de equívoco ou fracasso.

Talvez estejamos presenciando um verdadeiro culto ao empreendedorismo e à gestão de si, já que o empreendedor é apresentado como uma panaceia para os dilemas do mundo. Dito de outra forma, nossas crianças estão sendo levadas a interiorizar a ideia de que detêm os recursos próprios para a solução de todos os problemas, são levadas a crer que o sucesso é acessível a todos. Mas o que ocorre quando esse sucesso não é alcançado? Novamente a criança é responsabilizada por não ter investido em seu próprio capital humano e por sua incapacidade de adaptação ao discurso neoliberal, ou seja, ela fracassa por não saber gerenciar sua vida.

Schultz (1973, p. 9), ao afirmar que “uma classe particular de capital humano, consistente do ‘capital configurado na criança’, pode ser a chave de uma teoria econômica da população”, deixa claro o quanto se faz necessário investir na infância, mas também o quanto essa infância poderá ser cobrada, uma vez que é considerada “a chave” para a ampliação da economia. As crianças herdarão todas as responsabilidades: de prosperidade econômica, de sustentabilidade, de manter a paz mundial, da inovação, de se tornarem pessoas de impacto social, de iniciarem a construção de um currículo empreendedor, antes mesmo de entenderem o que tudo isso significa. Mas se essas crianças não forem capazes de sustentar tudo isso, o que acontece?

4 A Psiquiatrização do Fracasso Escolar

O neoliberalismo parece não aceitar ou não admitir espaço para o erro ou o fracasso, pois representam aquilo que não gera perspectivas futuras de lucro. Portanto, o fracasso precisa ser gerenciado de outra forma, a partir de um novo olhar classificatório que permita justificar os desvios. Sob essa ótica, podemos entender o processo crescente pelo qual os menores desvios, fracassos ou erros se transformam em uma condição patológica, corporificada nas dificuldades de aprendizagem. Assim, dislexias, transtornos de atenção e hiperatividade, transtorno opositivo desafiador, entre outras muitas classificações psiquiátricas, são atribuídas a crianças consideradas como desvio aos parâmetros de sucesso exigidos na escola. Diante dessa perspectiva, um cenário presente e futuro parece ficar obscurecido pela primazia do valor contábil das coisas, do custo-benefício, do mais com menos. As crianças estarão cada vez mais distantes do significado da formação educacional quanto mais imersas permanecerem numa educação instrumentalizada para servir à economia. A educação neoliberal, cujo modelo de gestão é fundamentalmente empresarial, tende a produzir sujeitos governáveis mediante a normalização de suas condutas, tornando-os empreendedores e cultuadores da alta performance e da conquista à felicidade a qualquer preço. Desse modo, todo e qualquer parâmetro que não seja atingido parece ser ressignificado como uma patologia decorrente de esforços malsucedidos, apresentados frequentemente como uma forma possível de administrar ou solucionar os dilemas e conflitos escolares.

Apesar da existência de outras experiências que fazem oposição a essa tendência, observa-se a presença de um perfil eminentemente neoliberal nas condutas das políticas públicas educacionais brasileiras. Em especial, podemos destacar as reformas políticas ocorridas a partir da década de 1990, que repercutiram em

significativas mudanças no âmbito conceitual e estrutural das políticas públicas educacionais, configuradas a partir de um novo modelo de gestão escolar espelhado na empresa. Um modelo pautado na lógica da competitividade, da eficiência e da produtividade, que caracterizou um discurso educativo-empresarial fortemente endossado por organismos internacionais. Essas organizações influenciaram diretamente as políticas públicas educacionais brasileiras, que, apoiadas nas orientações das conferências mundiais e dos relatórios sobre educação, incorporaram um discurso utilitarista que leva à autorresponsabilização dos sujeitos por seu desempenho, tanto pelo êxito quanto pelo fracasso.

Essa concepção produtivista foi sendo paulatinamente incorporada pelo sistema educacional brasileiro, incluindo também a Teoria do Capital Humano. Esse discurso inicialmente se materializou, por exemplo, na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* de 1971, para consolidar-se, anos mais tarde, com a incorporação das diretrizes do relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, financiada pela UNESCO, conhecido como *Relatório Delors*, de 1996, e a seguir com a incorporação das resoluções do Fórum de Dakar ao *Plano Nacional de Educação* (PNE) aprovado em 2001, quando se estabelecem novas alternativas de financiamento educativo e novos critérios comparativos de avaliação (DARÉ, 2019).

Em tempos recentes, o programa Future-se, os incentivos às escolas cívico-militares e o programa Caminhos Novos, lançados pelo Ministério da Educação em 2019, parecem manter a lógica neoliberal. Dessa forma, torna-se improvável vislumbrar uma saída salutar para a educação e para as crianças. A inovação e o empreendedorismo parecem ser sinônimos de progresso, e talvez não haja mais espaço para uma educação que estimule a capacidade de julgar e de compreender as coisas, que só pode ser aprimorada quando cultivada e ampliada por intermédio da imaginação, resultante de uma mentalidade alargada e alimentada de perspectivas e horizontes plurais, onde não há lugar para os absolutos (CARVALHO, 2017). Aparentemente, as saídas são muito estreitas, e o projeto neoliberal está em pleno funcionamento, esbanjando um aparente sucesso na produção dessa *neoinfância*, que parece já sentir o peso de sua responsabilidade pelo futuro, materializado em novas formas de sofrimentos psíquicos.

Analisar criticamente a expansão dos diagnósticos psiquiátricos referentes à infância parecer ser hoje uma tarefa inevitável, fundamentalmente quando observamos o aumento de comportamentos cotidianos que até pouco tempo eram considerados normais e que hoje são transformados em patologias psiquiátricas. Sabemos que o número de crianças e jovens diagnosticados com transtornos como depressão, ansiedade, transtorno de oposição (TOD), e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), dentre outros, não deixou de crescer nos últimos 20 anos. Sabemos também que é justamente no âmbito escolar que essa atribuição de diagnósticos ocorre inicialmente.

A existência inevitável de fronteiras difusas entre normalidade e patologia psiquiátrica possibilitou a multiplicação de novos diagnósticos e a aceitação da ideia de que seria possível identificar pequenos sinais anunciadores de uma patologia mental grave por vir, afirmando-se a necessidade de realizar intervenções preventivas no campo da saúde mental. Tais intervenções, diz-se, permitem identificar prematuramente os diagnósticos psiquiátricos, evitando que uma possível doença psiquiátrica se torne crônica. Desse modo, a psiquiatria parece estar habilitada a agir antes que um processo

patológico efetivamente ocorra. Fala-se então de doenças mentais do desenvolvimento, isto é, de patologias que se apresentariam na infância com sintomas “subclínicos”, pequenos indícios de que um transtorno do comportamento ou da aprendizagem poderá vir a acontecer ou a agravar-se no futuro.

Diversas disciplinas contribuem para analisar o fenômeno crescente da medicalização da infância, como a pediatria, a psicologia, a psicanálise, a saúde coletiva e as ciências humanas, dentre outras. Os debates internacionais multiplicaram-se nos últimos anos, e algumas críticas tiveram um impacto particularmente importante, como a realizada por Thomas Insel (2013), presidente do *National Institute of Mental Health* (NIMH). Uma semana após a publicação da quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), Insel anunciava que o prestigioso instituto abandonaria a utilização da classificação proposta pela APA, argumentando que, por tratar-se de uma lista de sintomas sem base científica sólida, o DSM deixaria de ser utilizado como marco de referência para as pesquisas científicas financiadas por esse instituto.

Entretanto, ainda que existam inúmeras vozes críticas que destacam a fragilidade da classificação diagnóstica hegemônica (o DSM), já é bem conhecida a informação alarmante de que o Brasil é o segundo maior consumidor de psicotrópicos na infância, particularmente metilfenidato (Ritalina), ficando atrás apenas dos Estados Unidos (EUA). Não parece importar o fato de que as causas biológicas, neuroquímicas ou genéticas do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) permaneçam desconhecidas. Isso não tem impedido ou limitado a prescrição de psicofármacos como a Ritalina para tratamento e cura de uma “doença” em relação à qual nada se sabe. Exatamente os mesmos argumentos são apresentados em relação ao transtorno opositor desafiador (TOD), defendendo-se a necessidade de intervir com uma terapêutica farmacológica, especificamente a Risperidona. Impõe-se a tarefa de analisar criticamente as intervenções destinadas a defender a detecção precoce de patologias mentais na infância. Porém, independentemente das vozes críticas da comunidade internacional, a proliferação de diagnósticos ambíguos e de prescrições farmacológicas, com consequências graves para o desenvolvimento das crianças, continuam multiplicando-se dia a dia.

Como já foi dito, a construção desse modo de subjetivação próprio do neoliberalismo, a construção do capital humano, deve iniciar-se na primeira infância. Ali aparecem as primeiras exigências de eficácia, da autoavaliação, do investimento, de definir os planos e metas futuros, de estimular a competição entre os pares. Sem pretender argumentar aqui que existe uma relação de causalidade entre neoliberalismo e diagnósticos psiquiátricos, acreditamos que é possível explorar as consequências subjetivas dessa nova pedagogia centrada nas competências e nas metas. É provável que, analisando o que ocorre no âmbito escolar, possamos descobrir que, para além de situações socialmente condenáveis, como o *bullying* ou o assédio entre pares, a própria existência de relações institucionalmente aceitas, centradas na lógica do empreendedorismo, da competição e da avaliação por competência, podem provocar profundos sofrimentos psíquicos nos estudantes e educadores.

Vimos de que modo Dardot e Laval analisam a existência do que denominam sofrimentos psíquicos do *neosujeito*, sofrimentos aos quais erroneamente costuma-se atribuir um diagnóstico psiquiátrico. De fato, a partir do momento em que o saber psiquiátrico, reconhecido como especialidade médica, se defronta com esses

sofrimentos, tende a reduzi-los a categorias médicas específicas, a diagnósticos definidos no Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-5). As ações e emoções a partir das quais esse sofrimento se manifesta, como falta de apetite, falta de sono, dificuldades de relacionamento, agressividade e inquietação, serão transformadas em sintomas que corroboram a existência de um diagnóstico definido.

Desse modo, nossos sofrimentos passarão a ser tratados como qualquer outra doença orgânica, a diabetes, por exemplo, atribuindo sua causa à existência um problema orgânico, que pode ser um problema genético ou um desequilíbrio neuroquímico, por excesso ou déficit no equilíbrio dos neurotransmissores, como a serotonina ou a dopamina. Então, a terapêutica preconizada será geralmente um psicofármaco, associado ou não a terapia comportamental, considerado eficaz para restabelecer o suposto equilíbrio neuroquímico alterado. O que de fato acontece nessa lógica explicativa é a desconsideração do contexto social no qual o sofrimento aparece, reduzindo-se a complexidade dos fatos sociais a uma alteração ou desequilíbrio neuroquímico e, conseqüentemente, as respostas e intervenções sociais possíveis a uma resposta privilegiada: a prescrição de psicofármacos.

A centralidade explicativa das neurociências e a atribuição de todos os nossos sofrimentos psíquicos a disfunções cerebrais tem levado a um aumento de diagnósticos na infância e a uma multiplicação sem precedentes do número de crianças consumidoras de psicofármacos nos últimos 20 anos (ROSE, 2019; WHITAKER, 2015). Muitas dessas crianças continuarão na vida adulta seus tratamentos psicofarmacológicos, pois, como argumenta a psiquiatria do desenvolvimento da infância e da adolescência, muitas patologias psiquiátricas com início na infância, como depressão, ansiedade ou TDAH, devem ser consideradas doenças crônicas.

Nikolas Rose (2019) argumenta que, se essa tendência não pode ser pensada como efeito direto do neoliberalismo, é preciso observar a existência de uma dinâmica sociopolítica e ética que se vincula à lógica neoliberal, caracterizada pela retração do Estado de bem-estar e pelo aumento de situações de precariedade e isolamento social, com a multiplicação de sofrimentos psíquicos profundos. Rose (2019, p. 52) entende que:

Existem evidências para sustentar que muitas doenças mentais contemporâneas presentes no norte global têm suas raízes no crescente aumento de desigualdades sociais e na ascensão de estratégias de governo para reduzir o tamanho e o alcance dos suportes assistenciais, promovendo a ideia de que os indivíduos prosperam melhor quando são encorajados a melhorar por si próprios, pelo trabalho, e a maximizar sua qualidade de vida pelo consumo. Isto está associado a outros desenvolvimentos mais recentes, como o mundo infantil *on line* competitivo, criado pelas redes sociais, e a alguns fatos mais antigos, como o aumento dos níveis de solidão em grandes regiões urbanas.

Isolamento social, competição, existência virtual, violência, precarização, desigualdade social e exigências cada vez maiores para conquistar o sucesso são as marcas sociais com as quais se depara a criança ou jovem estudante que, pelo reducionismo explicativo da psiquiatria, receberá um diagnóstico psiquiátrico e um medicamento cujos efeitos colaterais são altamente prejudiciais.

Essas exigências aparecem claramente em reportagem que o jornal *The Guardian* (CAMPBELL; MARSH, 2016) dedica ao aumento de transtornos mentais na infância na Inglaterra. De acordo com o texto, quase um quarto de milhão de crianças e jovens estão recebendo ajuda do serviço nacional de saúde mental nesse país. Os problemas relatados são ansiedade, depressão e distúrbios alimentares, que sofreram um considerável aumento em crianças e jovens menores de dezoito anos que devem receber cuidados especializados em saúde mental. O artigo relata casos de autoflagelação, tentativas de suicídio, desesperança e tristeza profunda. Sarah Brennan, diretora do *Young Minds* (2020), entrevistada no artigo, considera gravíssimo o fato de que tantas crianças e jovens precisem de atendimento em saúde mental, e considera que o aumento de casos deve servir de alerta para maior atenção aos cuidados em saúde mental especializados. Esses números devem funcionar como uma chamada de atenção, como um alerta para a sociedade.

A Modo de Conclusão

Os especialistas culpam as crescentes pressões sobre os jovens, incluindo a necessidade de destacar-se academicamente, ter boa aparência, ser popular, assim como situações de pobreza e ruptura familiar, pelos casos crescentes de doenças mentais em crianças em idade escolar e adultos jovens. Uma pesquisa do *National Health Service* (NHS), do Reino Unido, também citada na reportagem do *The Guardian* (CAMPBELL; MARSH, 2016), descobriu que a autoflagelação e o transtorno de estresse pós-traumático havia aumentado drasticamente em mulheres jovens de 16 a 24 anos nos últimos anos. O jornal relata ainda que os alunos, mesmo os menores, sentem uma imensa pressão para obter excelentes notas e ingressar na universidade. A matéria apresenta o caso de Azia, uma aluna de 17 anos que relata sentir-se desesperada, desamparada, triste, sem motivação ou interesse em fazer qualquer atividade, além de ter recorrentes pensamentos suicidas. “A partir dos 13 anos de idade, eu também senti ansiedade. Os sintomas físicos eram dores de cabeça, dor nos membros, inchaço, suores e calafrios, perda de libido e aumento do sono.” (CAMPBELL; MARSH, 2016). O sofrimento psíquico de Azia parece estar diretamente vinculado à incapacidade de dar conta das exigências de sucesso e à demanda de atingir um excelente desempenho, às quais ela estava submetida na escola.

Outro dos muitos exemplos a serem explorados ficou recentemente em evidência com a premiação internacional do filme *Parasita*. Sabemos que a sociedade coreana tem uma enorme concentração de riqueza. O que é menos conhecido é que os valores da competição e do sucesso aparecem já na primeira infância, pois se considera que é pelo acesso à educação que pode ser atingida a almejada ascensão social. A educação na Coreia do Sul é reconhecida como um modelo a ser seguido por outros países por instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2014). No relatório denominado “Lições do Pisa para Coreia, forte performance e reformas de sucesso”, podemos ler que:

Uma característica notável da Coreia, e mais geralmente da Ásia Oriental, é a participação generalizada no ensino suplementar. Na Coreia, estima-se que 81% dos alunos do ensino primário recebam aulas particulares. Muitos estudantes participam do ensino complementar para obterem um avanço nos exames competitivos, o

que pode facilitar a admissão nas melhores universidades e melhorar assim as suas perspectivas de vida (OECD, 2014).

Já na primeira infância, com dois ou três anos de idade, as crianças recebem aulas intensivas de inglês, o que deu lugar a uma verdadeira psicose educacional pela qual as crianças pequenas acabam aprendendo inglês antes de coreano, levando à criação de uma lei que proíbe essa prática. Na sociedade coreana, onde a educação implica em status social, muitos adolescentes levantam-se antes das seis da manhã para estudar, devendo também assistir a cursos de apoio educacional nos fins de semana. De acordo com Varsavsky (2020, p. 2), “os jovens passam 70 a 80 horas semanais estudando e estão entre os piores do ranking mundial de felicidade e saúde mental; sua criatividade e sociabilidade são asfixiadas.” No mesmo artigo podemos ler que um estudo do Centro Coreano de Prevenção de Doenças constatou que os alunos do ensino médio têm uma média de aproximadamente cinco horas de sono por noite, e que devem frequentar aulas extracurriculares quase todos os dias a partir dos cinco anos de idade. Em 2003, o Comitê dos Direitos da Criança da ONU declarou que “a natureza altamente competitiva deste sistema educativo impede o desenvolvimento das crianças em todo o seu potencial.” (VARSAVSKY, 2020, p. 2).

Ainda que diversos estudos alertem até que ponto os casos de *bullying*, isolamento social, responsabilização, competição entre pares estão associados a sofrimentos psíquicos profundos em adultos e crianças, ainda que a crescente desigualdade social, que encontra sua explicação na ideologia da meritocracia apareça vinculada ao aumento de diagnósticos de depressão e ansiedade, a psiquiatria biológica continua localizando no cérebro, particularmente em um desequilíbrio neuroquímico, a causa dos sofrimentos. Um desequilíbrio que as grandes empresas farmacêuticas se ocuparão de divulgar ao mesmo tempo que apresentam uma mesma solução para todos os padecimentos psíquicos: novos psicofármacos.

Vale lembrar que autores como Joanna Moncrieff (2008) e Robert Whitaker e Lisa Cosgrove (2015) analisaram outra vinculação direta entre neoliberalismo e sofrimento psíquico. Os autores mostram o crescimento, a partir dos anos 1990, da indústria de psicofármacos. Evidenciam o aumento de poder dos laboratórios, tanto por sua relação com os pacientes, pela mediação de campanhas publicitárias, marketing e semanas de conscientização, como por sua relação com os psiquiatras. Nesse último caso, por meio da ingerência direta dos laboratórios na orientação terapêutica, da publicidade direta ao profissional, do financiamento de congressos e pesquisas, e pela atuação direta na redefinição de diagnósticos incluídos em manuais como o DSM-5 (WHITAKER, 2010).

Vemos assim que os sofrimentos que Dardot e Laval identificaram como diagnósticos clínicos do *neosujeito*, e que aqui preferimos definir como padecimentos psíquicos próprios do neoliberalismo, perpassam não só a vida dos adultos como também a vida de jovens e crianças. Ainda que não possamos apresentar uma relação de causalidade entre esses fatos, certamente deveremos concluir que uma psiquiatria centrada no cérebro e em seus desequilíbrios estará condenada a fracassar se desconsidera os determinantes sociais que estão diretamente vinculados à emergência desses padecimentos psíquicos (ROSE, 2019). Desconsidera-se que esses sofrimentos estão, em nosso presente, diretamente associados à *ratio mundi* neoliberal e à construção, desde a infância, dessa figura emblemática que é “o empresário de si”.

Referências

- ALEMÁN, Jorge. Hay mucho miedo de que se ponga todo mucho peor de como está. *Página 12*, Buenos Aires, 20 abr. 2017.
- APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, DSM-5*. Arlington: APA, 2013.
- BALL, Stephen J. *Educação global S. A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. *Miedo líquido: la sociedad contemporánea y sus temores*. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- BECKER, Gary. Investment in human capital: a theoretical analysis. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. LXX, n. 5, p. 9–49, out. 1962.
- BOURDIEU, Pierre. A essência do neoliberalismo. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, p. 10-13, fev. 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Capital cultural, escuela y espacio social*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- CAMPBELL, Denis; MARSH, Sarah. Quarter of a million children receiving mental health care in England. *The Guardian*, New York, 3 Oct. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2016/oct/03/quarter-of-a-million-children-receiving-mental-health-care-in-england>. Acesso em: 13 jun. 2020
- CARVALHO, José Sérgio Fonseca. *Educação, uma herança sem testamento: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: FAPESP, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARÉ, Patricia K. *A definição das políticas públicas educacionais brasileiras a partir do discurso neoliberal*. Tese de doutorado, Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.
- FARIAS, Francisco Ramos. O fracasso escolar no cenário das patologias da contemporaneidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, dez. 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petropolis: Ed. Vozes, 1999.
- GOFFMAN, Ervin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- INSEL, Thomas. Transforming diagnosis. *NIMH Director's Blog*, 29 Apr. 2013. Disponível em: <http://www.nimh.nih.gov/about/director/2013/transforming-diagnosis.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque no ensino público*. Londrina: Planta, 2004.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale*. Paris: La Découvert, 2018.
- LAVAL, Christian; BLAY, Michel. *Neuropédagogie: le cerveau au centre de l'école*. Paris: Tschann & Cie, 2019.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2015.
- MONCRIEFF, Joanna. Magic bullets for mental disorders: the emergence of the concept of an "antipsychotic" drug. *Journal of the History of the Neurosciences*, London, v. 22, n. 1, p. 30-46, 2013.
- MONCRIEFF, Joanna. Neoliberalism and biopsychiatry: a marriage of convenience. In: COHEN, C.; TIMIMI, S. (ed.). *Liberatory psychiatry: philosophy, politics and mental health*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 235-256. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/liberatory-psychiatry/neoliberalism-and-biopsychiatry-a-marriage-of-convenience/73EDE3E8FF1797F891BDF1FC36C2A739>. Acesso em: 13 jun. 2020

OECD - ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Lessons from PISA for Korea*. Paris: OECD, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264190672-en>. Acesso em: 13 jun. 2020.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Intermeios, 2015.

PIGNARRE, Phyllipe. *Les malheurs des psys: psychotropes et médicalisation du social*. Paris: La Découverte, 2006.

ROSE, Nikolas. *Our psychiatric future*. Cambridge: Polity Press, 2019.

SCHULTZ, Theodor W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SOUZA, Aracy Mendes. *Arqueologia do fracasso escolar nas práticas discursivas relativas ao ensino fundamental em Mato Grosso do Sul*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2011.

VARSAVSKY, Julián. Parasite no es fantasía. *Página 12*, Buenos Aires, 27 fev. 2020.

WHITAKER, Robert. *Anatomia de uma epidemia: medicamentos psiquiátricos y el asombroso aumento de las enfermedades mentales*. Madrid: Capitan Swing, 2015.

WHITAKER, Robert. *Mad in America: bad science, bad medicine, and the enduring mistreatment of the mentallu ill*. New York: Basic Books, 2010.

WHITAKER, Robert; COSGROVE, Lisa. *Psychiatry under the influence: institutional corruption, social injury, and prescriptions for reform*. Chennal: Palgrave MacMillan, 2015.

YOUNG MIND. 2020. Disponível em: <https://youngminds.org.uk/>. Acesso em: 13 jun. 2020

Declaração de Co-Autoria: As autoras declaram terem elaborado conjuntamente “as ideias e concepções da pesquisa” bem como terem realizado de forma conjunta a “coleta e análise dos dados”. Também “a organização e revisão dos dados coletados, das análises, das interpretações e das considerações finais foram todos componentes revisados de forma conjunta por ambas as pesquisadoras.” Sandra Caponi declara ainda ter sido responsável pelas “revisões específicas sobre as temáticas da proliferação de diagnósticos psiquiátricos na infância”. Patricia K. Daré afirma ser de sua autoria “as análises deste manuscrito que abordavam (...) em específico o tema da escola e da educação neoliberal”.

*Minicurriculo das Autoras:

Sandra Caponi. Doutora em Lógica e Filosofia da Ciência pela Universidade Estadual de Campinas (1992). Professora Titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP/UFSC) e Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC). Bolsista de produtividade em pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nível 1D (Processo nº 304511/2016-1). E-mail: sandracaponi@gmail.com.

Patricia Kozuchovski Daré. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Professora junto ao Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde e de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Sul de Santa Catarina, Campus Pedra Branca. E-mail: patriciakdare@gmail.com.